

INCRA-PSS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

**ANALISTA TÉCNICO DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL
E ANALISTA TÉCNICO DE COMPLEXIDADE GERENCIAL**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL CONJUNTO Nº 1/2025 - IBAMA/INCRA
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO



INCRA PSS

Analista Técnico de Complexidade Intelectual e Analista Técnico de Complexidade Gerencial

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais	1
Linguagem verbal e não verbal	5
Significados contextuais das expressões linguísticas	7
Tipologia textual; Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal	14
Uso dos pronomes	25
Pontuação	27
Organização da frase e do período: morfossintaxe	31
Concordância verbal e nominal	39
Regência verbal e nominal	42
Emprego do acento de crase	45
Classes de palavras	49
Formação das palavras; Composição, derivação	61
Ortografia oficial	63
Acentuação gráfica	65
Questões	67
Gabarito	78

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Estado de direito e a Constituição Federal de 1988: consolidação da democracia, representação política e participação cidadã	1
Divisão e coordenação de Poderes da República	5
Presidencialismo como sistema de governo: noções gerais, capacidades governativas e especificidades do caso brasileiro	10
Efetivação e reparação de Direitos Humanos: memória, autoritarismo e violência de Estado	12

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Combate às discriminações, desigualdades e injustiças: de renda, regional, racial, etária e de gênero	13
Questões	19
Gabarito	23

ÉTICA E INTEGRIDADE

Princípios e valores éticos do serviço público, seus direitos e deveres à luz do artigo 37, da Constituição Federal de 1988, e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994)	1
Governança pública e sistemas de governança (Decreto nº 9.203/2017)	10
Gestão de riscos e medidas mitigatórias na Administração Pública	15
Integridade pública (Decreto nº 11.529/2023)	19
Transparência e qualidade na gestão pública, cidadania e equidade social	25
Governo eletrônico e seu impacto na sociedade e na Administração Pública (Lei nº 14.129/2021)	29
Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011)	43
Transparência e imparcialidade nos usos da inteligência artificial no âmbito do serviço público	55
Questões	58
Gabarito	65

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Diversidade de sexo, gênero e sexualidade; diversidade étnico-racial; diversidade cultural	1
Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes; idosos; LGBTQIA+; pessoas com deficiências; pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais minorias sociais	3
Noções de Administração Pública	13
Direito Constitucional: Dos direitos e garantias fundamentais	16
Dos municípios	33
Da Administração Pública; Dos servidores públicos	37
Da organização dos poderes; Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária	47
Da tributação e do orçamento; Das limitações do poder de tributar	93
Das finanças públicas	124
Da ordem econômica e financeira; Dos princípios gerais da atividade econômica	125

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Direito Administrativo: Organização da Administração Pública; Administração Direta e Indireta; Centralização e descentralização administrativa; Entidades da Administração Indireta; Autarquias; empresas públicas; sociedades de economia mista; fundações públicas; Entidades do terceiro setor; Agências reguladoras; Entidades e órgãos públicos	133
Regime Jurídico Administrativo: Conceito e noção de interesse público; Interesse público primário e secundário; Prerrogativas da Administração Pública.....	139
Poder de polícia; Poder hierárquico; Poder disciplinar; Poder regulamentar; Uso e abuso do poder.....	145
Princípios constitucionais da Administração Pública.....	156
Atos administrativos: Fatos e atos da Administração Pública; Ato administrativo; Conceito e requisitos; Atributos; Perfeição, validade, eficácia; Classificação dos atos administrativos; Vinculação e discricionariedade; O mérito do ato administrativo; Extinção dos atos administrativos; Modalidades; Revogação e anulação; Vícios do ato administrativo; Ato nulo e anulável; Convalidação; Teoria dos motivos determinantes.....	162
Agentes Públicos: Agentes públicos e sua classificação; Cargo, emprego e função	181
Ética profissional	199
Questões	201
Gabarito.....	208

CONCEITOS FUNDAMENTAIS E NOÇÕES DE PESQUISA SOCIAL

Socioantropologia no licenciamento ambiental	1
Conceitos fundadores: Cultura, indivíduo, comunidade e sociedade	9
Conflitos e movimentos sociais; dinâmica e mudança social.....	16
Estrutura social e etnologia brasileira.....	22
Relação entre meio ambiente e organização social.....	28
O papel do território: Planejamento ambiental e territorial	34
Noções de pesquisa social: Teoria, método, tratamento e análise de dados qualitativos e quantitativos, definição de indicadores	42
Estado e sociedade	52
Demografia, economia e sociologia dos direitos humanos	53
Políticas sociais, política de estado de bem-estar social, política de desenvolvimento agrário	59
Economia do setor público	65
Identidade cultural, multiculturalismo, identidade nacional no Brasil	71

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Equilíbrio entre equidade social e desenvolvimento econômico	77
Comunidades quilombolas; conceito contemporâneo de quilombo; distribuição espacial e perfil socioeconômico das comunidades quilombolas (censo demográfico 2022)	84
Questões	91
Gabarito	99

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Legislação Ambiental Brasileira. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981): princípios, objetivos e diretrizes; Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA): estrutura e competências; Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente: licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA), zoneamento ambiental, padrões de qualidade ambiental e outros	1
Código Florestal (Lei nº 12.651/2012): Áreas de Preservação Permanente (APP); Reserva Legal; Cadastro Ambiental Rural (CAR)	10
Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): princípios, objetivos e instrumentos; Outorga de uso de recursos hídricos; enquadramento e monitoramento dos corpos d'água	42
Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; logística reversa e responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos	53
Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009): diretrizes e metas nacionais; relação com o licenciamento ambiental e medidas de mitigação e adaptação	72
Licenciamento Ambiental. Processos e etapas do licenciamento ambiental: Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO); documentos necessários: Termos de Referência, EIA/RIMA, Planos Básicos Ambientais (PBA) e Relatórios de Controle Ambiental (RCA)	76
Componente Quilombola no licenciamento ambiental: Estudos do Componente Quilombola (ECQ): elaboração, análise e aprovação; planejamento e execução de medidas mitigatórias e compensatórias: Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ).	78
Participação social no licenciamento ambiental: consultas públicas, oitivas e audiências com comunidades impactadas; articulação com órgãos ambientais, empresas e comunidades quilombolas	80
Política Quilombola e Legislação Quilombola. Constituição Federal de 1988: direitos das comunidades quilombolas (artigos 215 e 216; e artigo 68 ADCT); competências da União em relação aos territórios quilombolas	83
Convenção nº 169 da OIT: consulta prévia, livre e informada; garantias culturais, territoriais, sociais e econômicas às comunidades quilombolas	86

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Decreto nº 4.887/2003: definições e direitos relativos às comunidades quilombolas; propriedade coletiva e terras de uso comum; normas e procedimentos de reconhecimento da autodeclaração; normas e procedimentos de regularização fundiária de territórios quilombolas: etapas de identificação, delimitação, demarcação e titulação	95
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007)	99
Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (Decreto nº 11.786/2023): objetivos, diretrizes e eixos de gestão sustentável de territórios quilombolas	103
Programa Aquilomba Brasil (Decreto nº 11.447/2023): princípios e objetivos	111
Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015	115
Instrução Normativa INCRA nº 111, 22 de dezembro de 2021.....	120
Monitoramento, Regulação, Controle, Fiscalização e Auditoria Ambiental. Monitoramento ambiental: Ferramentas e metodologias para o monitoramento de impactos socioambientais em áreas quilombolas; indicadores ambientais e sociais de avaliação	128
Noções de Direito Penal Aplicado ao Meio Ambiente. Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998): infrações penais relacionadas a danos ambientais e ocupação irregular de territórios quilombolas; responsabilidades administrativas, civis e penais. Penalidades aplicáveis em casos de descumprimento de licenças ambientais	130
Fundamentos Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Antropologia e sociologia ambiental: interações culturais e sociais em contextos de licenciamento ambiental; impactos socioeconômicos e culturais de empreendimentos em comunidades quilombolas. Geografia humana e ambiental: dinâmicas territoriais e zoneamento ecológicoeconômico (ZEE). Desenvolvimento sustentável e comunidades quilombolas. Medidas de mitigação e compensação ambiental que respeitem a sustentabilidade local	177
Técnicas de Gestão e Articulação. Coordenação de equipes multidisciplinares: planejamento, supervisão e monitoramento de atividades em campo e escritório. Articulação interinstitucional e transversalidade de pautas: estratégias para integração entre órgãos públicos, comunidades quilombolas e empreendedores. Sistematização e consolidação de dados técnicos: produção de relatórios consolidados sobre o andamento dos processos de licenciamento ambiental.....	179
Ferramentas Tecnológicas. Utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Sensoriamento remoto e análise de imagens geoespaciais. Análise de dados e criação de gráficos e relatórios em ferramentas como Excel.....	182
Questões	184
Gabarito.....	188

SUMÁRIO



Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Além disso, apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza.

Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

► Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.
- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.
- A noção temporal é normalmente estática.
- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.
- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.

▪ **Os gêneros descritivos mais comuns são estes:** manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada
Não tinha teto, não tinha nada
Ninguém podia entrar nela, não
Porque na casa não tinha chão
Ninguém podia dormir na rede
Porque na casa não tinha parede
Ninguém podia fazer pipi
Porque penico não tinha ali
Mas era feita com muito esmero
Na rua dos bobos, número zero

(Vinícius de Moraes)



ESTADO DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Pela teoria constitucional tradicional, o Estado de Direito caracteriza-se primordialmente por estabelecer o exercício do poder dentro de limites constitucionais preestabelecidos; qualquer ato tomado fora desses limites poderia ser reputado como desvio, corrupção e exceção.

O termo Estado, nas palavras de Kelsen, é empregado para designar um tipo especial de ordem que satisfaz os requisitos da democracia e da segurança jurídica. Isso significa que a expressão característica da atualidade, que o qualifica como “Estado de Direito”, oferece ao termo um qualificativo em que, necessariamente, “[...] a jurisdição e a administração estão vinculadas às leis, isto é, às normas gerais estabelecidas por um parlamento eleito pelo povo, com ou sem a intervenção de um chefe de Estado”.¹

Inclusive, é possível afirmar que esse mesmo Estado de Direito prevê, em seu texto constitucional, formas de autopreservação quando situações excepcionais surgem, sobretudo em hipóteses em que instituições e leis venham a ser abaladas ou ameaçadas. De forma semelhante, oferece garantias de preservação de direitos aos seus cidadãos por meio de garantias individuais que asseguram a preservação daquele direito.

► Consolidação da Democracia

A democracia¹ no Brasil é marcada por uma série de eventos e marcos importantes ao longo da história. Dessa forma, observa-se alguns dos principais momentos que contribuíram para o fortalecimento e consolidação da democracia no país.

A Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, estabeleceu a monarquia constitucional e alguns princípios básicos de cidadania, como a igualdade perante a lei e a liberdade individual. Em consonância, a Abolição da escravidão em 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, representou um importante passo em direção à igualdade e à ampliação dos direitos civis. Junto a esses marcos, a Proclamação da República em 1889, a substituição do regime monárquico pelo regime republicano, representou uma mudança significativa no sistema político brasileiro, marcando o início de uma nova era de representatividade política. A Constituição de 1891, sendo a primeira republicana do Brasil, estabeleceu a forma federativa de governo, a separação dos poderes e os direitos individuais.

A transição da ditadura instaurada em 1964 para a nova República foi a mais dolorosa da história do país, considerando os excessos registrados no período anterior, a violência do poder autoritário, presos políticos sem culpa formada e tortura nos cárceres. Consoante aos autores, reações concretas contra o regime tiveram início com a concentração de Pernambuco de 1971, quando do lançamento da Carta do Recife, que proclamava a necessidade da redemocratização e de uma nova Constituinte, como forma de integração nacional. Mais tarde, também dentro das Forças Armadas, manifestava-se o espírito democrático, e várias patentes militares passaram a se posicionar a favor de eleições diretas (BONAVIDES; ANDRADE, 2008).

Outro momento relevante para a democracia no Brasil foi o movimento pelas eleições diretas (Diretas Já, 1984). O movimento popular pela volta das eleições diretas para a escolha do presidente marcou um período de transição política e a luta por uma democracia plena no Brasil. A Promulgação da Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, a atual Carta Magna brasileira, estabeleceu um amplo conjunto de direitos e garantias fundamentais, promovendo a participação popular e consolidando a democracia no país. A Constituição de 1988 sedimentou a democracia brasileira, conferindo a liberdade a todo cidadão brasileiro, o direito de escolher seus representantes tanto no Legislativo quanto no Executivo, sem distinção de gênero, raça, religião, idade ou condição econômica, com a separação e independência dos poderes, respeitada soberanamente pela maioria dos brasileiros.

¹ ALVES, Vanessa Rodrigues. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA: DEMOCRACIA X CIDADANIA. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/041d8004-ea83-4f48-aa3b-0a1c609a8022/download>, acesso em 17.01.2024.



Dimensões da qualidade nos deveres dos servidores públicos

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão descritos na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Entre os deveres (art. 116), há dois que se encaixam no paradigma do atendimento e do relacionamento que tem como foco principal o usuário.

São eles:

- “atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas” e
- “tratar com urbanidade as pessoas”.

Presteza e urbanidade nem sempre são fáceis de avaliar, uma vez que não têm o mesmo sentido para todas as pessoas, como demonstram as situações descritas a seguir.

- Serviços realizados em dois dias úteis, por exemplo, podem não corresponder às reais necessidades dos usuários quanto ao prazo.
- Um atendimento cortês não significa oferecer ao usuário aquilo que não se pode cumprir. Para minimizar as diferentes interpretações para esses procedimentos, uma das opções é a utilização do bom senso
- Quanto à presteza, o estabelecimento de prazos para a entrega dos serviços tanto para os usuários internos quanto para os externos pode ajudar a resolver algumas questões.
- Quanto à urbanidade, é conveniente que a organização inclua tal valor entre aqueles que devem ser potencializados nos setores em que os profissionais que ali atuam ainda não se conscientizaram sobre a importância desse dever.

Não é à toa que as organizações estão exigindo habilidades intelectuais e comportamentais dos seus profissionais, além de apurada determinação estratégica. Entre outros requisitos, essas habilidades incluem:

- atualização constante;
- soluções inovadoras em resposta à velocidade das mudanças;
- decisões criativas, diferenciadas e rápidas;
- flexibilidade para mudar hábitos de trabalho;
- liderança e aptidão para manter relações pessoais e profissionais;
- habilidade para lidar com os usuários internos e externos.

Encerramos esse tópico com o trecho de um texto de Andrés Sanz Mulas:

“Para desenhar uma ética das Administrações seria necessário realizar as seguintes tarefas, entre outras:

- Definir claramente qual é o fim específico pelo qual se cobra a legitimidade social;
- Determinar os meios adequados para alcançar esse fim e quais valores é preciso incorporar para alcançá-lo;
- Descobrir que hábitos a organização deve adquirir em seu conjunto e os membros que a compõem para incorporar esses valores e gerar, assim, um caráter que permita tomar decisões acertadamente em relação à meta eleita;
- Ter em conta os valores da moral cívica da sociedade em que se está imerso;
- Conhecer quais são os direitos que a sociedade reconhece às pessoas.”



DIVERSIDADE DE SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE

A diversidade de sexo, gênero e sexualidade é um tema de crescente reconhecimento e importância na sociedade contemporânea. Este tema abrange uma vasta gama de identidades e expressões que transcendem as tradicionais concepções binárias de masculino e feminino, desafiando as normas e expectativas sociais estabelecidas. A compreensão e aceitação dessa diversidade é fundamental para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

Sexo, geralmente atribuído ao nascimento, refere-se a características biológicas e fisiológicas que definem humanos como masculinos, femininos ou intersexuais. Pessoas intersexuais nascem com características sexuais (como cromossomos, genitália e padrões hormonais) que não se encaixam nas noções típicas de corpos masculinos ou femininos. A diversidade no espectro do sexo biológico é mais complexa do que a simples dicotomia.

Gênero, por outro lado, é um constructo social e cultural relativo às características, comportamentos, atividades e papéis que uma sociedade considera apropriados para homens e mulheres. A identidade de gênero é o senso pessoal de alguém sobre a própria identidade de gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Além dos gêneros masculino e feminino, existem identidades de gênero não binárias, como agênero, bigênero, gênero-fluido, entre outras, que refletem a complexidade e variabilidade da experiência humana em relação ao gênero.

A sexualidade, que engloba a orientação sexual e as práticas sexuais, também faz parte dessa diversidade. A orientação sexual refere-se à atração afetiva, emocional ou sexual por indivíduos do mesmo sexo, de sexo oposto, de ambos os sexos, ou mais, incluindo atrações que não se baseiam no gênero. Portanto, abrange identidades como heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual, entre outras.

Reconhecer e respeitar a diversidade de sexo, gênero e sexualidade é crucial para o bem-estar e a dignidade de todos os indivíduos. A falta de reconhecimento e aceitação pode levar à discriminação, estigmatização e violência. É essencial que as sociedades promovam a inclusão e a igualdade, proporcionando ambientes seguros e acolhedores onde todas as pessoas possam expressar livremente suas identidades e viver suas vidas sem medo de preconceito ou marginalização.

A educação desempenha um papel crucial neste processo. Ensinar sobre a diversidade de sexo, gênero e sexualidade nas escolas pode ajudar a dismantelar estereótipos e preconceitos desde cedo. A inclusão de tópicos sobre identidade de gênero e orientação sexual em currículos educacionais promove a compreensão e o respeito pelas diferenças, além de fornecer apoio essencial a jovens que estão explorando ou questionando suas próprias identidades.

Além disso, políticas públicas inclusivas são fundamentais para garantir os direitos e a proteção de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Isso inclui legislações contra discriminação, acesso a cuidados de saúde adequados e representação igualitária em todos os aspectos da vida social, econômica e política.

A representação na mídia e na cultura popular também tem um papel importante na normalização e celebração da diversidade. Quando filmes, programas de TV, livros e outras formas de mídia retratam uma variedade de identidades de gênero e orientações sexuais de maneira positiva e autêntica, eles ajudam a criar uma cultura mais inclusiva e compreensiva.

Por fim, é vital criar espaços seguros e de suporte para pessoas de todas as identidades de gênero e orientações sexuais. Isso pode incluir grupos de apoio, serviços de aconselhamento e eventos comunitários que celebram a diversidade. A promoção do diálogo aberto e respeitoso, a educação continuada e a defesa dos direitos são essenciais para avançar na compreensão e aceitação da diversidade de sexo, gênero e sexualidade.

A diversidade de sexo, gênero e sexualidade é um aspecto intrínseco da condição humana. Reconhecer, respeitar e celebrar essa diversidade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e empática, onde cada pessoa é valorizada e respeitada por sua singularidade.



O LICENCIAMENTO AMBIENTAL - OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

O licenciamento ambiental é um dos principais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil. Ele busca assegurar que empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente sejam previamente avaliados, regulamentados e monitorados. Muito mais do que um procedimento técnico-burocrático, o licenciamento envolve uma análise ampla dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

► Conceito e fundamentos do licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental pode ser definido como um processo administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza a instalação, ampliação, modificação ou operação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

Seu fundamento está na necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225. A legislação infraconstitucional também estabelece regras específicas, como a Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente.

O objetivo geral é prevenir, mitigar e, quando possível, compensar os impactos ambientais antes que eles ocorram, promovendo um planejamento mais sustentável das ações humanas sobre os ecossistemas.

Objetivos específicos do licenciamento ambiental:

- **Avaliar impactos ambientais:** identificar previamente os efeitos que determinada atividade pode causar no meio físico, biótico e socioeconômico.
- **Estabelecer condicionantes:** definir medidas técnicas, operacionais e legais que o empreendedor deve cumprir para reduzir ou evitar danos.
- **Promover o controle social:** assegurar a participação da sociedade nos processos decisórios, por meio de audiências públicas e consultas.
- **Viabilizar o desenvolvimento sustentável:** garantir que o crescimento econômico ocorra com responsabilidade ambiental e social.
- **Instrumentalizar o poder público:** fornecer aos órgãos ambientais ferramentas legais e técnicas para fiscalizar e acompanhar as atividades licenciadas.

► Fases do processo de licenciamento

O processo de licenciamento ambiental normalmente é dividido em três fases principais, embora haja variações dependendo do tipo de empreendimento e da legislação estadual ou municipal:

Licença Prévia (LP):

Concedida na fase de planejamento do empreendimento, a LP aprova a viabilidade ambiental da proposta, define os requisitos básicos a serem seguidos e exige a realização de estudos prévios, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), quando necessários.

Licença de Instalação (LI):

Autoriza a implantação do projeto de acordo com as especificações técnicas aprovadas. É nessa fase que o empreendedor começa a construir ou adaptar a estrutura física da atividade.



LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento)

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

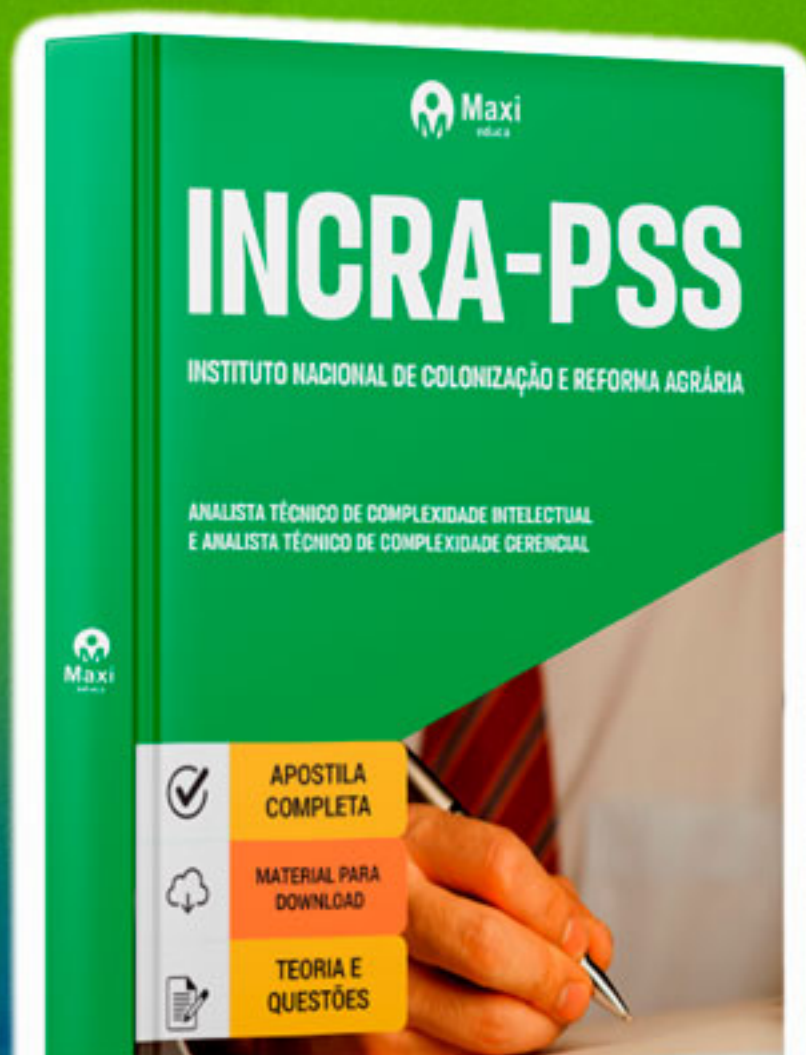
a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!